



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PEC 015/15 - TORNA PERMANENTE O FUNDEB/EDUCAÇÃO			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0641/17	DATA: 01/06/2017	
LOCAL: Plenário 12 das Comissões	INÍCIO: 10h00min	TÉRMINO: 11h35min	PÁGINAS: 32

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MARIA INÊS FINI - Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira — INEP.
MARIA LÚCIA FRANCA PONTES VIEIRA - Gerente de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE.
JOSE IRINEU RANGEL RIGOTTI - Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais — UFMG.

SUMÁRIO

Debate acerca do tema *O FUNDEB e a população de educandos nos próximos 20 anos: análise da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2015, e sugestões para o aprimoramento de seu texto*. Deliberação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Thiago Peixoto) - Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 15-A, de 2015, que torna permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação — FUNDEB.

Encontram-se à disposição dos membros da Comissão cópias da ata da 10ª Reunião, realizada em 11 de maio de 2017.

Pergunto se há necessidade de leitura da referida ata. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO SÁGUAS MORAES - Sr. Presidente, peço a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Thiago Peixoto) - Fica dispensada a leitura da ata, a pedido do Deputado Ságuas Moraes.

Em votação a ata.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Comunico que está disponível para V.Exas. lista com sinopse do expediente recebido.

A Ordem do Dia de hoje prevê realização de audiência pública e deliberação de requerimentos.

Vamos dar início, então, à audiência pública.

Convido a tomar assento à mesa a Sra. Maria Inês Fini, Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira — INEP; a Sra. Maria Lúcia Franca Pontes Vieira, Gerente de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE; e o Sr. José Irineu Rangel Rigotti, professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais — UFMG.

Informo que esta audiência atende ao Requerimento nº 10, de 2016, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, subscrito pela Deputada Raquel Muniz, e tem como tema *O FUNDEB e a população de educandos nos próximos 20 anos: análise da PEC nº 15 de 2015 e sugestões para o aprimoramento de seu texto.*



Antes de passar a palavra aos convidados, peço atenção quanto aos procedimentos a serem adotados durante a audiência.

Inicialmente, será concedida a palavra aos convidados, por 20 minutos, para as suas exposições. Logo após, seguindo a ordem de inscrição, será concedida a palavra à Relatora e aos Deputados, os quais terão 3 minutos para interpelações e considerações, tendo o convidado o mesmo prazo para resposta, sendo ainda facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo de 3 minutos.

Ao fim das intervenções dos Parlamentares, será concedida a palavra a consultores legislativos desta Casa por 3 minutos, para que possam se manifestar.

As perguntas serão feitas ao final da palestra e deverão restringir-se ao assunto da exposição.

A lista de inscrição para os debates encontra-se à disposição dos Srs. Deputados na mesa de apoio.

Vamos dar início às exposições.

Passo a palavra, por 20 minutos, à Sra. Maria Inês Fini, Presidente do INEP.

A SRA. MARIA INÊS FINI - Bom dia a todos. É um prazer estar aqui e trazer alguns dados do INEP que podem nos ajudar um pouco a compreender mais a inclusão de crianças e jovens na educação básica no Brasil.

(Segue-se exibição de imagens.)

Em primeiro lugar, eu acho que vale a pena retomar o sentido do FUNDEB, que é um fundo no âmbito de cada unidade da Federação. Ele recebe a contribuição dos Governos municipais e estaduais, e tem a complementação da União, com a garantia de investimento mínimo por aluno.

A divisão dos recursos entre as redes é feita de acordo com o número de alunos atendidos. Aí, então, entra o papel do INEP no Censo Escolar da Educação Básica.

As etapas de ensino beneficiadas atualmente são: creche, pré-escola, ensino fundamental e ensino médio.

Estão incluídas a educação especial, a educação de jovens e adultos, a educação profissional, a educação em tempo integral, a educação de indígenas, quilombolas e no campo.

Os fatores de ponderação usados são pactuados entre os entes federativos.



Em 2015, o FUNDEB recebeu um volume de 134 bilhões e 300 milhões de reais.

Com quanto cada um dos três entes federativos contribui para esse fundo? A União contribui com 13,3 bilhões de reais; os Estados, com 81,4 bilhões de reais; os Municípios, com 39,6 bilhões de reais. Essa é a lógica na qual o FUNDEB se estabelece. Quanto recebe cada ente? Os Estados recebem 58,1 bilhões de reais, e os Municípios, 76,2 bilhões de reais.

O FUNDEB representa 53% do investimento direto na educação básica.

Esse quadro não é permanente, e nós todos estamos aqui reunidos em função disso. Em 2020 nós teremos que cuidar de uma nova edição para o FUNDEB.

Pelo menos 60% dos recursos do FUNDEB têm que ser destinados ao pagamento de remuneração dos profissionais do magistério na educação básica em efetivo exercício. É possível estabelecer, então, o altamente discutido piso salarial para o magistério.

É necessário, está na lei que se façam o acompanhamento e o controle social pelos conselhos instituídos especialmente para essa finalidade, tanto na União, como nos Estados e nos Municípios.

O fim do FUNDEB, caso ocorra, ocorrerá na vigência do Plano Nacional de Educação — PNE, o que teria um forte impacto no atingimento das metas do Plano.

O FUNDEB propõe a criação de um espaço federativo de negociação, por meio do estabelecimento da Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade.

O FUNDEB é um instrumento muito criativo para a promoção da equidade, com seu efeito redistributivo no âmbito de cada Unidade da Federação. Eu acho que a melhor expressão da articulação entre os três Poderes dentro do regime federalista é o FUNDEB.

Vamos falar um pouquinho sobre a dinâmica demográfica brasileira, para entendermos um pouco como está estabelecida a educação básica e o percentual de alunos que já estão incluídos nela.



Em primeiro lugar, é fundamental considerar que a taxa de fecundidade no Brasil vem decrescendo. Essa taxa era de 2,39 nascimentos por mulher em 2000, e chegou a 1,72 em 2015.

A evolução da população de até 5 anos por grupos etários no Brasil, no período de 2001 a 2014, também vem decrescendo. O grupo entre 4 e 5 anos está em vermelho, o grupo até 3 anos está em azul.

A partir das demandas potenciais, é possível fazer projeções para a inclusão na educação básica. O total de matrículas na educação básica vem decrescendo, como é de se esperar. Em 2008 havia cerca de 53 milhões de matrículas, e hoje há 48 milhões, distribuídas nos sistemas federal, estadual, municipal e na rede privada.

A taxa de frequência à escola na população de até 3 anos de idade ainda é muito pequena. Se nós entendemos que a educação básica começa praticamente com o nascimento, a cobertura na creche ainda é baixíssima. Na faixa etária adequada à creche — até 3 anos de idade —, o atendimento escolar é de 25,6%, indicando que há um substancial espaço para ampliação da oferta, o que nós não conseguimos ainda realizar. O Plano Nacional de Educação estabelece que, no seu horizonte, o atendimento chegue a 50% dessa população.

Agora, vamos olhar uma taxa mais agradável: a evolução da taxa de frequência à escola da população de 4 a 5 anos. A meta estabelecida pelo Plano Nacional de Educação praticamente já está sendo atendida. Em 2001, a cobertura era de pouco mais de 50%, e ela chegou a 84,3% em 2015.

Na faixa etária adequada à pré-escola — 4 e 5 anos —, o atendimento escolar é de 80%. Não só o PNE, mas a Constituição Federal também estabelece como meta o atendimento universal nessa faixa de 4 a 5 anos.

No gráfico com a evolução da taxa de frequência escolar da população de 6 a 14 anos, é possível perceber que ela se mantém bastante alta. Isso demonstra a inclusão das nossas crianças no ensino fundamental, que é a maior etapa da educação básica. Ela tem 27,6 milhões de alunos, sendo 15,4 milhões de alunos na primeira etapa, do 1º ao 5º ano, e 12,2 milhões do 6º ao 9º.

Com 10,4 milhões de alunos, a rede municipal tem uma participação majoritária de 68% no total de matrículas nos anos iniciais e concentra 82,3% dos alunos da rede pública. Eu acho que esses dados são muito importantes para



entender o FUNDEF. Lembro que o Município fica com um percentual maior da arrecadação.

Evolução da taxa de frequência à escola da população de 15 a 17 anos. Aqui começam os nossos problemas. A inclusão de jovens no ensino médio ainda é um desafio muito grande para o Brasil. Algumas medidas foram tomadas para transformar a escola, aproximá-la mais dos anseios da juventude e — nós imaginamos — incluir mais. Esse é o desafio que nós temos.

No Brasil existem 28 milhões de escolas de ensino médio, 89,8% estão na zona urbana e 10,2% na zona rural, com muito menor participação na zona rural. Um total de 1,8 milhão de alunos estudam no período noturno. Esse é outro desafio muito grande para a educação básica do sistema educacional brasileiro. As jornadas são extensas — pelo menos, assim elas são propostas —, e, na maioria das vezes, não há uma adaptação dos currículos a esse tipo de população, é apenas uma repetição do conteúdo do curso diurno, acomodado nas horas do noturno. A evasão aí é muito grande.

Com 6,9 milhões de alunos, a rede estadual tem uma participação grande, de 84,8%, no total de matrículas do ensino médio e concentra 96,9% dos alunos da rede pública.

Vamos lembrar um pouquinho o desafio da universalização, que é dever do Estado. A educação básica é obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, assegurada, inclusive, para todos que não tiveram acesso a ela na idade própria.

Este gráfico mostra a evolução da taxa de frequência à escola por idade no Brasil. As duas pontas do gráfico são os grandes desafios que o Brasil ainda tem: o primeiro é incorporar crianças nas redes de ensino, sendo que a creche é o maior desafio; o segundo é o ensino médio, em que o problema não é a expansão das matrículas, mas a permanência do jovem na escola.

Este gráfico mostra a população de 4 a 17 anos que não frequenta a escola em números reais: 2,8 milhões de jovens estão fora da escola. Esse é o grande desafio, associado ao desafio da creche.

Considerações finais para o debate. O FUNDEB consolidou-se como valioso instrumento de financiamento da educação básica e, com seu caráter redistributivo, valoriza a diversidade e reconhece as diferenças entre as etapas e modalidades de



ensino. Como eu já lhes disse, ele é uma ótima forma de concretizar o regime de colaboração federativa. Por isso, esperamos que todos lutem para ele ser permanente.

O INEP contribui para a operacionalização do FUNDEB, coordenando o Censo Escolar da Educação Básica em âmbito nacional, de forma articulada com as redes de ensino. A coleta dos dados de 2017 já está acontecendo, desde o dia 31 de maio, e ela se estenderá até o dia 31 de julho.

A dinâmica demográfica brasileira está apontando uma tendência de estabilização do número de nascimentos, fenômeno que tem um impacto direto na projeção de demanda escolar.

Há desafios para ampliar a oferta de vagas em creches e concluir a universalização no acesso à pré-escola. O País praticamente universalizou o acesso ao ensino fundamental. O desafio agora é fazer com que o aluno tenha uma trajetória regular para alcançar o ensino médio na idade própria, condição fundamental para a ampliação das matrículas nessa etapa do ensino.

Ao longo da escolarização, a taxa é absolutamente constante. Ainda vigora a cultura da reprovação. Por isso, todo o esforço que fazemos tem que ser no sentido de habilitar os professores, para que os alunos aprendam na idade certa. Esse tem sido o maior flagelo do ponto de vista do prosseguimento do aluno na sua trajetória escolar.

Soma-se ao esforço da universalização do atendimento escolar o desafio de implementar a Base Nacional Comum Curricular — BNCC. Ela ainda está em discussão, e a parte do ensino fundamental já foi entregue ao Conselho Nacional de Educação. Há ainda os desafios de formar professores, de melhorar as condições de oferta, de alfabetizar as crianças na idade própria e de garantir a aprendizagem a que elas têm direito em cada uma dessas etapas.

Com muita satisfação, nós vimos na Base Nacional Comum Curricular a proposta para que as crianças aprendam a ler até o final do 2º ano, e não mais do 3º ano, como se estava prevendo antigamente. Então, nós vamos adequar os nossos sistemas de avaliação da educação básica a essa injeção que o currículo, inspirado na Base Curricular, vai nos mostrar. Então, a Avaliação Nacional da Alfabetização — ANA, agora no próximo ciclo, será aplicada ao final do 2º ano. Continuaremos a



Prova Brasil, que faz parte desse sistema, no 5º e no 9º anos. Este ano, nós introduzimos a possibilidade de universalizar o Sistema de Avaliação da Educação Básica — SAEB no 3º ano do ensino médio. O SAEB é uma prova que, além do desempenho dos alunos, verifica as condições de ensino pela formação dos professores, pelas condições físicas das escolas, pela formação do diretor. Então, ela nos permite compreender o desempenho do aluno a partir de um conjunto de fatores sociais. Isso é um indicador mais adequado da qualidade da escola.

Com a participação do 3º ano do ensino médio das escolas particulares no SAEB 2017, elas terão o seu Índice de Desenvolvimento da Educação Básica — IDEB. Essa é a maneira mais correta de dar à escola informações sobre seu desempenho. Até o ano passado, o ENEM fazia esse papel, mas ele não é uma avaliação, é um exame individual, com uma finalidade específica, usado desde 2009. O ENEM não é a maneira mais adequada para avaliar a escola.

Este ano, nós estamos ampliando a nossa rede, e teremos uma seriação completa das nossas avaliações. Vamos ajustá-las às nossas matrizes, a partir da Base Curricular homologada. Está em curso uma discussão, dentro das equipes técnicas do INEP, sobre a possibilidade de avaliarmos também a educação infantil. Não se trata, em hipótese alguma, de fazer prova para crianças — de vez em quando, algumas pessoas ainda falam isso, cometem essa heresia, do meu ponto de vista. Mas nós estamos estudando modelos já consolidados para criar um indicador de qualidade da educação infantil.

O INEP se soma aos esforços de avaliação, no sentido de evidenciar como nós estamos nos comportando com as demandas populacionais da nossa infância e da nossa juventude.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Thiago Peixoto) - Obrigado, Presidente Maria Inês.

Vamos passar a palavra, agora, para a Sra. Maria Lúcia Franca Pontes Vieira, Gerente de Pesquisas do IBGE.

A SRA. MARIA LÚCIA FRANCA PONTES VIEIRA - Bom dia a todos.

Eu fazer a apresentação de uma pesquisa amostral que temos no IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — PNAD. Ela traz regularmente, todos



os anos, informações sobre escolaridade, educação e outros temas. Então, vou fazer a apresentação dessa pesquisa e vou falar rapidamente dos dados, porque os resultados já foram comentados aqui. Então, vamos entender o que é considerada frequência à escola para entendermos um pouquinho aqueles números que foram apresentados. Alguns eu vou repetir aqui.

(Segue-se exibição de imagens.)

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios começou em 1967 e foi até 2015. Em 2015, nós a interrompemos para dar continuidade à investigação de educação, através da PNAD Contínua, que traz informações sobre a desocupação trimestral e vai trazer informações sobre educação anualmente, inclusive sobre a educação profissional, o que a PNAD anterior não trazia. Ela tem uma abrangência maior e é nacional também, mas é mais espalhada entre os Municípios e consegue dar informações para as capitais, coisa que a PNAD não dá.

Então, só para contextualizarmos um pouco, o IBGE é um dos principais provedores de dados e informações sobre o País, com o objetivo de atender às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos governamentais, nas esferas federal, estadual e municipal.

Ele oferece uma visão ampla, um retrato do País, através do desempenho de suas principais funções, que são a produção e a análise de informações estatísticas, a coordenação e consolidação dessas informações estatísticas, produção e análise de informações geográficas e a coordenação dessas informações, estruturação e implantação dos sistemas de informações ambientais, documentação e disseminação das informações, coordenação do sistema estatístico e cartográfico nacional.

A PNAD é um dos produtos do IBGE, um dos mais antigos. Ela é um sistema de pesquisas domiciliares, destinada a produzir informações para o estudo do planejamento socioeconômico do País. Foi implantada em 1967 e ficou até 2015, quando foi substituída pela PNAD Contínua.

Para que entendamos um pouquinho a diferença, a PNAD era coletada de outubro a dezembro, todos os anos; e a PNAD Contínua é coletada ao longo do ano. Então, a informação de educação, na PNAD, é concentrada no último trimestre do ano; e, na PNAD Contínua, vai estar distribuída ao longo do ano.



A vantagem disso é que não fico muito sujeito à questão da evasão escolar, porque, na PNAD Contínua, no final do ano, isso já tinha saído. Aqui eu vou distribuir isso ao longo do ano.

A PNAD é distribuída em pesquisa básica, pesquisa suplementar e pesquisas especiais.

Então, a pesquisa básica é um questionário que tem temas que são investigados todos os anos. Nós vamos ver quais são esses temas. Anualmente, é solicitada outra pesquisa suplementar. Na carona da PNAD, nós investigamos um tema suplementar. Pode ser um tema diferente ou pode ser um tema mais aprofundado de um já existente, assim como nós já fizemos suplemento sobre o EJA, sobre educação profissional e outros. Pode ser um tema que não tenha nada a ver com o que nós corriqueiramente investigamos na PNAD.

As pesquisas especiais, embora venham com a PNAD, requerem uma metodologia um pouco diferente. Nós fazemos dentro do contexto da PNAD, mas nós fazemos uma subamostra dos domicílios para poder coletar essas informações. Nós fizemos isso algumas vezes. Ali há alguns exemplos: em 2008, uma pesquisa de tabagismo; em 2014, uma pesquisa de mobilidade socioocupacional.

Esses são os temas que nós investigamos todos os anos. Então, qualquer dado relativo à educação pode ser cruzado com as características demográficas, com questões de migração, habitação, trabalho, para ver se essas crianças estão na escola ou fora dela, se trabalham ou não, porque tem a questão do trabalho infantil, e dados sobre fecundidade também. Então, todas essas informações podem ser relacionadas à educação.

Estes foram os últimos temas suplementares. Em 2007, foi o último suplemento que nós tivemos de Educação de Jovens e Adultos e educação profissional tecnológica. Nós repetimos agora na PNAD Contínua e, até o final do ano, nós vamos divulgar novamente o resultado sobre esse tema.

A PNAD tem um período de referência para as relações de trabalho, que é a última semana completa de setembro, mas, para o que se refere à educação, nós perguntamos se frequentam ou não a escola. Então, isso vai ser lá no momento da entrevista.



Aqui estão os níveis de divulgação da PNAD no Brasil. Qualquer indicador pode ser divulgado para grandes regiões do Brasil, as Unidades da Federação e as nove regiões metropolitanas. A PNAD Contínua, como eu disse, vai até os Municípios e as capitais.

O que é investigado na PNAD? Vamos entender o que é estar frequentando a escola, para entendermos a taxa de escolarização que foi informada. Primeiro, nós perguntamos para a pessoa se ela sabe ler e escrever; depois perguntamos se ela frequenta a escola. Se ela não frequenta, nós vamos perguntar se frequentou anteriormente. Então, existe um grupo de pessoas que frequentam a escola e um grupo de pessoas que não frequentam. Os que não frequentam dividem-se entre aqueles que já frequentaram a escola alguma época e aqueles que nunca frequentaram.

O que é saber ler e escrever para a PNAD? Nós vamos perguntar para a pessoa se ela é capaz de ler e escrever pelo menos um recado simples no idioma que conhece, por exemplo, o recadinho "*Fui ao mercado*". Queremos saber se ela consegue se comunicar, por meio da escrita, de forma que a outra pessoa entenda. Não precisa nem se comunicar muito bem, mas deve conseguir se comunicar.

Vamos incluir como sabendo ler e escrever a pessoa que foi alfabetizada, mas que se tornou física ou mentalmente incapacitada de ler e escrever devido a alguma doença ou acidente. Então, essa pessoa que foi até a quarta ou quinta série, que seja, mas se esqueceu de como ler ou escrever em função de ter passado por um processo de alfabetização precário que não se consolidou, nós consideramos como uma pessoa que não foi alfabetizada, que não sabe ler e escrever.

A questão de saber ler e escrever não está diretamente relacionada com a frequência escolar. Pode haver pessoas que frequentam a escola e que não sabem ler e escrever e pessoas que não frequentam, mas que sabem ler e escrever.

O que é o frequentar a escola? Uma pessoa vai ser considerada como alguém que frequenta a escola se ela estiver matriculada em determinados cursos. Que cursos são esses? São os seguintes: um curso regular que conduz à conclusão de um nível de ensino — fundamental, médio ou superior de graduação —; o Curso de Educação de Jovens e Adultos — EJA, tanto para ensino fundamental quanto



médio; o curso de alfabetização de jovens e adultos; o curso pré-escolar; o curso de mestrado ou doutorado; e a creche.

Vamos ver algumas observações. O que vai ser a creche? Não é preciso que a creche seja juridicamente regulamentada, porque a pessoa, quando vai se matricular, dependendo do local, nem sabe direito se aquela creche está com toda a papelada em dia ou não. Mas não é considerada creche aquela pessoa que está na casa dela e que cuida de cinco ou seis crianças, a mãe crecheira.

Eu vou falar do ensino a distância. Na PNAD, até 2015, nós ainda não considerávamos o ensino a distância como frequência da escola. Se a pessoa estiver fazendo o ensino a distância, isso não é considerado. No entanto, se ela tiver frequentado e tiver adquirido o diploma, ou seja, tiver concluído o ensino a distância, nós consideramos como tendo frequentado a escola. Se ela só estivesse fazendo o ensino a distância, nós não considerávamos como frequência.

Está sendo discutido com o grupo de educação a maneira de podermos considerar isso como frequentar a escola, com que critérios uma pessoa que diz que está frequentando um curso fundamental ou EJA, por meio do ensino a distância, pode ser avaliada. É uma discussão que nós temos que ter inclusive com os representantes do INEP e do Ministério, para ver como conseguimos registrar isso.

Não consideramos também a escola pós-graduação que não seja mestrado ou doutorado, extensão cultural, especialização, EJA ou supletivo, via rádio ou televisão, ou ainda por correspondência. Não consideramos que esteja frequentando a escola quem fica, regularmente ou não, sob os cuidados de uma pessoa que cuida de crianças no seu próprio domicílio ou no de terceiros, mediante pagamento ou não. Isso eu já tinha falado anteriormente.

Eu trouxe alguns resultados para os senhores. Com relação à questão da taxa de analfabetismo, em 2015, eram 12,9 milhões de pessoas analfabetas. Nós vemos que a taxa de analfabetismo vem reduzindo. Eu coloquei aqui de 2004 a 2015, pois passamos a investigar o Brasil por completo a partir de 2004. Essa taxa veio reduzindo até 8%, que, se formos pensar, ainda é um percentual elevado, pois representa 12,9 milhões de pessoas.

Aí vamos pensar quem são essas pessoas que estão ainda sem alfabetização. Infelizmente, eu não coloquei por faixa etária. Mas por aqui nós



podemos entender um pouquinho. Essa população está concentrada aqui. A taxa de analfabetismo está concentrada no Nordeste, especialmente nos homens, com 18%. As mulheres representam 14,5%. Nas Regiões Sul e Sudeste, essa taxa de analfabetismo já é mais baixa. Podemos ver aqui, por meio deste gráfico por faixa etária, que, para a população até 10 anos de idade, essa taxa não passa de 2%.

Essa taxa de analfabetismo está concentrada especialmente entre as pessoas com mais de 50 anos. É uma população que, para se alfabetizar, precisa ser alcançada por meio de programas educacionais. Esse grupo de pessoas não se alfabetizou na época em que deveria, na idade adequada, então, é um grupo que talvez seja mais difícil de ser alcançado por meio de programas de EJA, porque já são pessoas mais velhas e talvez não tenham tanto estímulo para se alfabetizar. Mas, entre as crianças, o analfabetismo não parece ser um problema, pelo menos no que se refere a ler e escrever.

A taxa de escolarização — este gráfico já foi apresentado — é a proporção de pessoas de determinada faixa etária, ou seja, de 4 a 5 anos, que frequentam a escola, em relação ao total de pessoas dessa mesma faixa etária. Então, nós percebemos que, das três, a faixa de 4 a 5 anos é a que mais cresceu nesse período recente, devido a questões de investimento na área de saúde e de creche, mas também à inserção da mulher no mercado de trabalho, o que impacta bastante na necessidade de haver um lugar para deixar seus filhos quando for trabalhar.

Em relação ao ensino fundamental, que é de 6 a 14 anos, o percentual está em 98,6%. E ainda há um percentual bastante elevado de pessoas que não são alfabetizadas em todas as grandes regiões, não em todo o Brasil.

Eu coloquei este gráfico de última hora. Eu o tirei de uma publicação. Ele mostra o percentual de estudantes, de 4 anos ou mais, na rede pública de ensino. Talvez esteja muito claro, mas o que nós percebemos é que, para os níveis de escolaridade maternal, jardim de infância, fundamental e classe de alfabetização — o médio, que ficou sem cor aqui, está muito clarinho, está só o percentual —, o percentual das pessoas que são atendidas pela rede pública é muito maior. Deixem-me dizer o que significa este número: 75,9% dos estudantes de 4 anos ou mais são atendidos pela rede pública, e os outros 25% são atendidos pela rede particular.



Em relação ao ensino fundamental e ao ensino médio, 85,3% das pessoas que estudam no ensino fundamental estudam na rede pública, e 88,1% das que fazem ensino médio estudam na rede pública — incluindo o ensino superior, é claro. No que se refere à educação básica, o maternal e o jardim de infância ainda têm o menor percentual: 72,1% ainda são atendidos na rede pública. Se nós consideramos isso regionalmente, nós vamos ver que, no Nordeste, o percentual das crianças que estão em creches da rede pública é de 65,8%; e no Centro Oeste é de 65,8%.

Era isso o que tinha a dizer.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Thiago Peixoto) - Obrigado, Maria Lúcia.

Passo a palavra para o Sr. Rangel Rigotti, Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG.

O SR. JOSÉ IRINEU RANGEL RIGOTTI - Bom dia a todas e todos. Eu queria agradecer o convite para participar desta Comissão Especial que vai discutir a permanência do FUNDEB.

Meu nome é Irineu e eu sou do Departamento de Demografia da UFMG. Minha fala vai versar mais sobre esse tema. Vou fazer um paralelo entre a demografia brasileira, o seu momento, suas tendências e a escolaridade no Brasil.

Eu dividi assim a minha apresentação: vou falar um pouco sobre o dividendo demográfico e o envelhecimento da população no Brasil; a escolaridade inacabada das coortes jovens; o aprendizado da população em idade escolar e o sistema de ensino; e considerações para a permanência do FUNDEB.

(Segue-se exibição de imagens.)

Aqui eu não preciso ler, mas só deixei esta transparência para lembrar que o FUNDEF foi um marco muito fundamental em termos de escolaridade no Brasil, porque foi dos meados dos anos 90 para frente que o atendimento escolar teve um crescimento muito expressivo e muito significativo. O FUNDEB, então, estende esse atendimento para o ensino infantil e ensino médio.

Eu vou falar só um pouquinho sobre a transição demográfica brasileira, para contextualizar. A transição começa no Brasil mais ou menos na década de 40, com o declínio da mortalidade. E a fecundidade, que é o número médio de crianças por mulher, cai praticamente um pouco mais de 20 anos depois. Aqui há alguns valores:



em 1960, havia 4,3 filhos por mulher; em 1980, havia 3,1; na passagem de 1990 para 2000, havia 2,2; e, no último Censo, o de 2010, havia em torno de 1,8 a 1,7.

Quais são as consequências, então, desse perfil? A diminuição do ritmo de crescimento demográfico brasileiro, que diminui bastante, e o ritmo de envelhecimento da população muito intenso. Certamente o Brasil é um dos países que têm um dos ritmos mais intensos neste processo de envelhecimento.

Por que isso? Temos um gráfico só para ilustrar. O que está em laranja é o crescimento natural da população, que é a natalidade menos a mortalidade. E o que nós vemos ali? Quando aquela parte que está em verde começa a cair, há um salto em termos de melhoria de saúde e, então, a taxa bruta brasileira cai. Como a taxa bruta de natalidade permanece, houve aquele hiato, aquele *gap* ali, quando foi registrado aquele maior crescimento do Brasil nos anos 50, que estava, mais ou menos, em torno de 3%. Depois a fecundidade cai. Com isso, a natalidade começa a cair um pouco mais adiante e cai bastante.

Então, hoje nós temos um crescimento moderado. Saímos de um crescimento de 3% na década de 50, quando o Brasil mais cresceu, para um crescimento que hoje deve ser um pouco menos de 1%.

Vou apresentar rapidamente uma sequência de gráficos das pirâmides etárias. Neste primeiro gráfico, que é do ano 2000, nós já verificávamos uma diminuição da natalidade. Quando aquela base da pirâmide se estreita, quando ela não tem o formato de uma pirâmide de fato, isso já é indício da queda de fecundidade, o que já vai atuar na natalidade. Quando nós passamos para 2010, o que observamos? Um estreitamento ainda maior da base da pirâmide, que vai ficando numa forma mais abaulada.

Estas aqui são as tendências, então, de 2020 a 2030. Este é o processo clássico de envelhecimento populacional. Qual é uma das implicações disso? É a razão de dependência, que é a proporção daquela população que está em idade ativa, que vai de 15 a 64 anos, em relação à população dita inativa, que não está na idade ativa, que é aquela de 0 a 14 anos e aquela idosa, de 65 anos ou mais.

Então, qual é a tendência? As letras ali estão miúdas, mas a linha amarela representa o que chamamos de razão de dependência jovem. Aquela que está de



verde mais claro, subindo, chamamos de razão de dependência idosa. E a de cima é a jovem e a idosa, divididas pela população de idade ativa.

O que isso significa? Isso significa que, de 2000, onde começa o gráfico, até meados de 2020, a nossa razão de dependência diminui. Depois, então, já no início da próxima década, há uma tendência de essa razão de dependência aumentar, justamente por causa do envelhecimento da população, ainda que haja uma diminuição da participação da população jovem.

Aqui há uma inflexão. Portanto, já no início da próxima década, se as projeções estiverem corretas, vai haver uma inflexão quando a população de idade inativa representada pelos idosos vai começar a aumentar a razão de dependência.

Eu vou chamar a atenção dos senhores para um termo que os demógrafos usam demais: o dividendo demográfico e o envelhecimento populacional. O declínio do número de nascimentos em uma sociedade é um fato potencialmente proveitoso. Em muitos países, ele favoreceu o aumento das matrículas e a frequência escolar, e esse é o caso do Brasil também. Quando as coortes que entravam na escola começaram a diminuir nos anos 80, a taxa de participação, a frequência escolar no Brasil aumentou bastante graças ao FUNDEF.

O investimento qualificado nas crianças pelos pais e contribuintes pode elevar os padrões de vida das sociedades. Há muitos estudos nesse sentido. E o Brasil atual está prestes a finalizar o período conhecido como janela de oportunidades, que é um sinônimo de dividendo demográfico. Ou seja, é aquele momento que eu procurei mostrar por meio dos gráficos, em que a razão de dependência diminui. Logo no início da próxima década, essa razão vai ter uma tendência de se elevar.

Aqui são as tendências. Estas linhas mostram as tendências da população em idade escolar. Como já foi mostrado aqui, há uma tendência de queda. A única coisa para a qual eu chamaria a atenção aqui são as faixas etárias de 0 a 3 anos e de 4 a 5 anos, de creche e pré-escola; de 6 a 10 anos, as idades iniciais do ensino fundamental; de 11 a 14 anos, as idades finais do ensino fundamental; e de 15 a 17 anos, do ensino médio.

Então, quanto mais jovem a população — por exemplo, a faixa etária de 0 a 3 anos que está ali na cor laranja — mais brusca é a diminuição. Em contrapartida, para a de 15 a 17 anos, a diminuição mais abrupta vai se dar mais ou menos na



próxima década, na virada dessa década para a próxima, porque essas crianças nasceram há mais tempo, quando a fecundidade ainda era um pouco alta. Então, para sintetizar esse momento demográfico, a tendência é que a população em idade escolar diminua.

Eu coloquei aqui algumas metas do Plano Nacional de Educação, para chamar a atenção e facilitar a nossa avaliação. Eu extraí esse recorte da Agência Brasil, que diz que o Plano Nacional de Educação prevê que todas as crianças e jovens, de 4 a 17 anos, devem estar matriculadas nas escolas até o fim deste ano. Grifei em amarelo a expressão “deste ano” porque era o ano passado.

Quais são as metas que o Brasil ainda precisa cumprir em relação ao Plano Nacional de Educação? Na educação infantil, houve um crescimento muito grande do atendimento da população infantil, mas nós ainda temos uma boa estrada pela frente em termos de atendimento dessas crianças. A porcentagem de crianças de 0 a 3 anos na escola ainda é menor. O gráfico mostra que o crescimento é muito intenso, mas que ainda precisamos avançar bastante até atingir pelo menos 50% no final do atual PNE, em 2024.

O ensino fundamental, em termos de atendimento, está muito bem. Nós vimos, através dos dados da PNAD, que em torno de 98% da população de 6 a 14 anos é atendida. Em algumas idades simples, de 11 a 12 anos, o atendimento de 99% é bastante alto. Então, essa é uma meta que está praticamente cumprida. Mas no que se refere à outra meta, que é a porcentagem de jovens de 16 anos que concluem o ensino fundamental, nós precisamos caminhar bastante, porque estamos ainda aquém dos 80%. Isso quer dizer que esses jovens frequentam o ensino fundamental, mas não conseguem concluí-lo. Em consequência disso, ocorre a repetência e, depois, a evasão. Essa é uma meta que ainda precisa melhorar no ensino fundamental.

O ensino médio talvez seja um dos maiores gargalos da escolaridade brasileira atualmente, cuja idade correta vai de 15 a 17 anos. Ainda há em torno de 85% de jovens na escola. Mas, quando vemos o que o INEP chama de taxa líquida de matrícula, apesar de haver 85% de jovens na escola, só 65% deles estão frequentando o ensino médio, muitos deles estão defasados e ainda frequentando o ensino fundamental.



Eu extraí o conceito de um livro recente e muito interessante, que se chama, em uma tradução mais livre, *O Capital de Conhecimento das Nações*, do Prof. Hanushek com o Prof. Woessmann, que diz o seguinte: “*As habilidades cognitivas da população são essenciais para a prosperidade de longo prazo*”. Isso é o que ele chama de capital de conhecimento. Segundo ele, na presença de indicadores adequados, o tempo gasto na escola ou o que nós chamamos, muitas vezes, de anos de estudos não apresenta uma relação muito clara com o crescimento econômico. Por quê? Porque as crianças e os jovens podem ficar muito tempo na escola sem completarem as séries que precisariam.

Quanto ao indicador que considera mais adequado — e no livro todo ele faz esse estudo —, ele procura mostrar que nós não podemos nos ater apenas aos anos de estudos, mas também à proficiência dos alunos brasileiros. A proficiência tem realmente uma relação muito clara com o desenvolvimento. Por exemplo, países como Austrália, Coreia do Sul, Nova Zelândia e muitos outros souberam aproveitar sua janela de oportunidades e melhoraram muito a proficiência dos seus alunos.

Aqui podemos ver o último Programa Internacional de Avaliação de Estudantes — PISA, que muitos conhecem. A pesquisa do Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico — OCDE mostra, em termos de leitura, por exemplo, que mais ou menos a metade do Brasil está no nível básico. Na avaliação de desempenho na área de Ciências, principalmente Matemática, de 70% da população brasileira com idade de 15 anos — a pesquisa do PISA é feita para alunos na faixa etária de 15 anos —, apenas 30% atingiram um nível considerado básico nos exames.

Aqui vemos como isso se comporta no tempo. Houve uma evolução bastante clara em Ciências e, depois, certa estagnação desde 2009. Em termos de leitura, os níveis eram um pouco mais altos e são mais ou menos constantes: eles atingem um pico em 2009 e caem um pouco. Nós conseguimos avançar bastante em Matemática, mas houve certa inflexão entre 2012 e 2015, o que é uma situação preocupante porque mostra que foi invertida uma tendência.

Então, para finalizar esta apresentação, eu coloquei aqui algumas considerações em prol da permanência do FUNDEB. Uma é a tendência demográfica em si. Muitos podem achar que o baixo crescimento populacional e o



veloz processo de envelhecimento possam significar que nós estamos tendo um alívio em termos da população em idade escolar.

Esse envelhecimento é bom? Esse baixo crescimento é bom? Este é um debate não só no Brasil, mas em âmbito internacional. Como eu sou de Minas, responderia como um mineiro: isso depende do que nós vamos fazer. A fase da janela de oportunidades é historicamente curta e precisa ser aproveitada, para que o bônus demográfico não se transforme em ônus irreversível.

Muitos talvez já tenham visto as comparações entre Brasil e Coreia do Sul, por exemplo. Brasil e Coreia do Sul tinham um nível similar e muito baixo de escolaridade nos anos 70. A Coreia do Sul fez a opção de investir pesadamente no seu ensino básico, passou pela fase do bônus demográfico e já acabou um pouco antes do Brasil. Ou seja, ela aproveitou bastante aquele momento de bônus.

Como consequência do menor crescimento da população em idade ativa — porque o ritmo tende a diminuir —, o que acontece provavelmente? Pode haver uma menor oferta de trabalho, o que deve afetar o produto potencial. O que isso quer dizer? Que, se eu tenho coortes que entram cada vez mais e em quantidades maiores no mercado de trabalho, o simples fato de haver uma participação muito grande de trabalhadores significa um aumento do produto brasileiro. Com essa diminuição e com esse envelhecimento, há necessidade de compensação via aumento da produtividade do trabalhador brasileiro. E os estudos mostram que ela é muito baixa nas comparações internacionais e/ou investimentos em capital.

Sabe-se também que os grupos mais escolarizados são aqueles que possuem as mais elevadas taxas de participação no mercado de trabalho. Então, quanto mais escolarizada estiver a população, maior tende a ser a sua participação no mercado de trabalho e uma mão de obra mais bem qualificada.

O Brasil ainda não completou sua transição para uma escolaridade plena e de qualidade. Nós vimos — foi mostrado pela Presidente do INEP, a Maria Inês, e pela Maria Lúcia também — que principalmente dois níveis extremos do ensino básico, o infantil e o médio, precisam melhorar bastante, inclusive em termos de atendimento. O atendimento para a população infantil ainda é insuficiente e precário. O ensino médio tem percorrido uma trajetória de avanços e recuos, e, em geral, sua taxa de escolarização ainda precisa aumentar.



Portanto, para finalizar, ainda há necessidade de fazer investimentos na educação básica. A meu ver, o FUNDEB é um instrumento fundamental. O avanço, desde o FUNDEF e depois FUNDEB, foi muito grande, e eu acho que esse avanço foi uma conquista grande demais da sociedade brasileira. Como nós vimos, precisamos pensar, agora, em termos de alunos, no “D” do FUNDEB, de desenvolvimento. Nós precisamos melhorar ainda o atendimento em alguns níveis, mas também a qualidade, porque a proficiência dos alunos brasileiros frente aos alunos de outros países ainda é precária.

Por fim, eu queria agradecer pela oportunidade de participar desta Comissão Especial.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Thiago Peixoto) - Obrigado, Prof. José Irineu Rangel.

Agora passo a palavra à Relatora, Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, para suas observações e considerações.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Bom dia a todos.

Eu gostaria de agradecer à Profa. Maria Inês Fini, Presidente do INEP, pela atenção e presença; à Sra. Maria Lúcia Franca Pontes Vieira, Gerente do IBGE; e ao Sr. José Irineu Rangel, professor e pesquisador, pela participação nesta audiência pública.

Sr. Presidente, eu acho que esses estudos nos ajudam no processo de construção. Eu vou fazer algumas perguntas em relação ao que existe disponível para nos ajudar com o FUNDEB.

De maneira muito clara, para nós, existe o que eu poderia chamar de consenso da necessidade de continuidade e de efetivação do FUNDEB, pelo desenho federativo, pelas questões das desigualdades, pelo modelo tributário também, pelo que representam para os Municípios os recursos que são transferidos via fundos estaduais.

Na maioria dos Estados, a redistribuição dos recursos acontece no próprio Estado. A União hoje complementa de 9 a 10 Estados de maneira alternada, em seus Municípios. Há vários desafios em relação a esse desenho de País, que não é



tão simples. Há Municípios muito pobres que não estão em Estados que recebem complementação.

Começo as minhas perguntas em relação aos dados disponíveis e que podem nos ajudar. Em relação aos dados do Censo Escolar — no caso, a Profa. Maria Inês — e do IBGE, nós estamos tentando fazer essa discussão do FUNDEB com o debate do Custo Aluno-Qualidade - CAQ, com a definição de padrões de qualidade em relação à escola.

Nós temos um padrão de desigualdade muito grande do ponto de vista dos padrões, ou seja, qualidade, estrutura das escolas. Temos escolas muito boas, com estrutura de piscina, refeitório, quadra coberta, mas temos escolas que não poderiam nem ser chamadas de escolas.

Não sei se os senhores viram hoje pela manhã, não tenho certeza do Estado, se não me engano, acho que foi o Maranhão. Não! Noticiaram que, numa cidade do Pará, há uma escola cujos alunos têm que chegar mais cedo porque não há carteira para todos. Ou, quando há carteira, esta não tem lugar para sentar ou não tem braço. Enfim, a reportagem mostrou uma desigualdade que não é novidade para nós, não é de hoje. É uma realidade presente, fruto de várias ausências de políticas públicas. Muitas situações, realmente, são de falta de recursos.

Do ponto de vista de levantamento, nós sabemos que o Censo levanta, grosso modo, as informações de estrutura. Indago se nós temos dados que podem nos ajudar nesse trabalho, junto com o debate em relação ao padrão de qualidade, a se definir a ordem de prioridade em relação à adequação do espaço escola. Também gostaria de saber em relação às questões do professor, como salário, vencimento, condições de trabalho, carga horária, definição de formação.

Nós sabemos que existe a situação do professor com nível superior atuando fora da sua área de formação. Como conseguimos levantar esse dado de maneira mais refinada? Existe uma demanda grande para essa segunda licenciatura, em muitas situações.

Alguns Municípios, ao lidarem com educação infantil, também têm, fruto do piso e da questão financeira, mascarado o atendimento de crianças de 0 a 3 anos com a oferta de outras profissões, como monitores, professores auxiliares. Indago



também se podemos captar esses dados no Censo ou na PNAD, para que nos ajudem nessa questão.

O Prof. José Irineu traz um dado em relação à questão demográfica. Recentemente, a Câmara concluiu um estudo sobre o envelhecimento da população até o final de 2050, quando haverá uma total inversão da pirâmide, trazendo uma preocupação em relação a muitas políticas públicas. Isso traz também uma grande provocação que, na verdade, no meu entendimento, chama a atenção para a ausência de políticas públicas em relação à questão de formação. Nós não temos nenhuma política direcionada ao preparo da população para o envelhecimento, ou seja, para a qualificação e a requalificação de quem permanece no mercado por mais tempo, pela questão da longevidade, enfim.

Ao mesmo tempo, nós temos ainda um nó na educação infantil, mas a pressão em cima dos gestores e governantes é pequena, porque se trata da faixa etária de 0 a 3 anos. A criança passou dos 3 anos, já não é mais problema para o gestor, mas o aluno que não teve atendimento na primeira infância terá um grande comprometimento em seu desenvolvimento. Então, em médio prazo, o prejuízo é muito grande do ponto de vista de resultado da educação.

Além disso, embora seja um avanço, a Avaliação Nacional de Alfabetização — ANA mostra resultados muito desesperadores, que vão levar a uma enorme distorção com relação à idade-série, ou seja, à continuidade de distorção idade-série, às taxas de repetência e reprovação, que, na verdade, aumentam a necessidade de investimento, porque são mais alunos que permanecem em uma série que já não deveriam mais estar, o que demanda, inclusive, espaço físico; enfim, é necessária uma série de políticas.

Na verdade, o nosso maior desafio é tentar encontrar políticas que possam equilibrar e garantir a continuidade de financiamento e tentar estimular esforços de gestores municipais e estaduais para a qualidade. Não adianta investir mais dinheiro e pensar no *per capita* sem avançar em relação à cobrança e ao estímulo para algum tipo de investimento, quer seja via FUNDEB ou via um fundo que tenha um programa específico para investimento em relação à questão da qualidade e ao incentivo a quem tiver conseguindo melhores resultados. Que sejam políticas que



possam ser replicadas. É importante também o fortalecimento na formação de professores, que eu entendo hoje ser um dos maiores nós que temos.

A formação de professores está longe de conseguir prepará-los para a escola que nós temos, e a escola que nós temos não é boa. Ela já tem enormes desafios para dar conta dessa desigualdade.

Então, esse é um apelo. A exposição traz dados importantes, mas nós sabemos que o tempo é muito curto. Peço ajuda às instituições que possam contribuir com dados e informações.

Temos o desafio de aumentar o recurso, pois o valor *per capita* é muito baixo. As instituições têm uma série de bandas de modalidades e etapas, mas, mesmo assim, elas não conseguem cobrir o custo/aluno necessário para uma boa escola. A educação infantil e a média, as duas pontas têm os menores valores, se compararmos à necessidade, sendo que, no caso da educação infantil e da creche, a cobertura é a menor, se compararmos com o custo real.

Então, estamos abertos a todo tipo de ajuda que nós pudermos ter. Preocupamos também, do ponto de vista de investimento, a situação das Capitais e das maiores cidades, que têm fontes próprias de arrecadação que não entram na cesta do FUNDEB.

Eu gostaria de saber se nós temos dados disponíveis para saber esse quantitativo. Eu sei que o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação — SIOPE coleta dados, mas não sei se podemos ter confiabilidade com relação a quanto é investido de verdade. Qual é o valor final do que os Municípios e Estados têm empregado por aluno, além do mínimo definido pelo FUNDEB? Nós temos esses dados de maneira confiável?

Alguns palestrantes têm sugerido a entrada de impostos municipais para aumentar a cesta, além do aumento também da contribuição da União para que mais Estados e Municípios possam receber. Quanto a esse desafio, temos Estados ricos com Municípios pobres que precisam de ajuda e de suplementação.

Eu quero agradecer já de antemão e peço que qualquer dado complementar, texto ou algum outro material que possa nos ajudar nesse processo de construção seja enviado.

Muito obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Thiago Peixoto) - Obrigado, Deputada Dorinha.

Agora vamos fazer uma rodada de respostas com os convidados, começando com a Profa. Maria Inês Fini.

A SRA. MARIA INÊS FINI - As considerações que a Dorinha faz são muito importantes. Eu entendo que o INEP pode ajudar muito com o Censo, não é, Dorinha? O Censo vai fazer agora 10 anos de consolidação do seu formato. No próximo dia 20, teremos um seminário para comemorar os 10 anos de consolidação do Censo, que tem abrangido, a partir das demandas das Secretarias, todas as variáveis que incidem sobre a possibilidade de se ter uma evidência sobre a qual as políticas públicas possam ser traçadas.

O INEP é bastante diligente na coleta desses dados, que se completam com o Sistema de Avaliação da Educação Básica no Brasil. E tem sido doloroso constatar, após quase 20 anos de avaliação — uma cultura jovem ainda —, que os desempenhos de nossas crianças e de nossos jovens ainda não são suficientes.

Eu considero o que V.Exa. falou sobre alfabetização, porque eu acho que o nosso nó górdio é a alfabetização, desde a etapa preparatória, com a creche e a pré-escola, até o segundo ano. Quer dizer, não é tão difícil assim a preparação de professores como bons alfabetizadores. Eu sou alfabetizadora, sou normalista, alfabetizei muitas crianças e muitos adultos, e acho que o desafio brasileiro, o nó górdio, está na alfabetização. Se conseguirmos uma alfabetização eficaz no segundo ano, esse fluxo para a série seguinte seria mais tranquilo, e não seria necessário recuperar sempre.

Então, essas estruturas socioculturais e linguísticas são fundamentais para a continuidade das crianças. Eu acho que essa é uma questão de muito investimento na formação de professores, principalmente com esse foco inicial.

No mais, quero colocar o INEP à disposição. Os nossos dados são públicos, estamos tornando-os cada vez mais acessíveis e estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Thiago Peixoto) - Obrigado, professora.

Com a palavra a Sra. Maria Lúcia Franca Pontes Vieira.

A SRA. MARIA LÚCIA FRANCA PONTES VIEIRA - Há uma série de dados no IBGE que acho que podem ajudar bastante. Além da PNAD, na qual se pode



pegar todos os dados de educação e cruzar com outras características, inclusive a questão de trabalho, pode se ver, por meio dos dados, a questão dos professores.

Contudo, não se vai conseguir ver quem se formou para dar aula e como atua, porque nós perguntamos a ocupação da pessoa, não a formação dela. Então, não vamos conseguir fazer esse *match*, mas conseguimos ver a carga horária dos professores, os salários e se trabalham na rede pública ou não. Então, isso é possível ver.

Além da PNAD, existem duas outras pesquisas relacionadas à educação. Uma delas é a Pesquisa de Informações Básicas Municipais — MUNIC, na qual se pode ver a questão das instalações. Pela MUNIC, faz-se uma coletânea de registros administrativos, junto com as Prefeituras, e se consegue dar uma relação das estruturas das escolas. Eu não sei exatamente que informações existem lá, mas há informações de estruturas de escolas, com certeza.

Existe outra pesquisa, chamada Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar — PENSE, feita com os alunos do oitavo e do nono ano, se não me engano, que faz perguntas sobre os hábitos dessas crianças e que tem informações sobre a questão de comportamento desses alunos em escola.

A PNAD 2015 divulgou também um suplemento — que eu deveria ter colocado ali, mas não me ocorreu —, chamado *Aspectos de Educação da Primeira Infância*, que mostra o percentual de crianças que ficam em creche, que ficam em casa com o responsável ou com outra pessoa qualquer, e os motivos de terem ido ou não para creche.

Eu não me lembro dos números, mas um pouco mais da metade vai para a creche. Entre aqueles que não vão para a creche, os motivos principais são falta de vaga e falta de dinheiro. Então, elas ficam com alguém em casa. Talvez, seja uma pesquisa interessante para se verificar também alguns aspectos.

O procedimento para acesso à produção desses dados é fazer um ofício para ser encaminhado à Presidência do IBGE — acho que todos conhecem o procedimento —, solicitando o que for necessário. Aí, dizemos o que temos lá e o que podemos oferecer-lhe, em termos de informação, para ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Thiago Peixoto) - Obrigado.

Concedo a palavra ao Prof. José Irineu Rangel Rigotti.



O SR. JOSÉ IRINEU RANGEL RIGOTTI - Deputada Dorinha, eu acho que podemos ajudar esta Comissão, talvez, em relação às projeções de população. E, mais do que com números em si, mas com o estudo sobre o que tende a ser o comportamento da população brasileira, que é algo que fazemos na UFMG, no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional — CEDEPLAR. Eu mesmo trabalho muito com essas projeções, inclusive, com colegas do IBGE, que estão em outra revisão da projeção, porque nas projeções, às vezes, também há equívocos, porque elas têm que ser baseadas em hipóteses que ainda vão acontecer.

E há debates muito interessantes e complexos sobre a demografia atual. Por exemplo, se tomarmos como referência alguns países da Europa, quando a participação das mulheres no mercado de trabalho aumentou, verificamos que elas tendiam a postergar o nascimento do primeiro filho. E há muitos que entendem que isso deve acontecer ou está acontecendo no Brasil. Se isso acontece ou vier a acontecer, é possível inclusive que tenhamos um certo aumento da natalidade, o que não vai ser uma coisa assim muito expressiva. Mas há certa probabilidade de que isso ocorra na próxima década.

Então, entender um pouco as migrações, principalmente a fecundidade, as desigualdades regionais, as que a senhora se referiu, é algo fundamental e é o que temos feito também no CEDEPLAR, junto com o próprio INEP; eu trabalho bastante com uma equipe do Moreno e com uma equipe do IBGE também.

Em termos de informação, eu dou aula para muitos alunos de países vizinhos. É impressionante como o Brasil está na frente, em termos da informação estatística, demográfica e educacional. O Censo Escolar brasileiro é uma fonte riquíssima de informação, a ponto de hoje eu trabalhar muito com ele, inclusive, para auxiliar nas projeções populacionais. Então, eu acho que a Presidente do INEP aqui, certamente, é a melhor pessoa para facilitar e colocar essas informações à disposição.

Mas, se V.Exa. me permite, eu também apresento outra questão, que, a meu ver, é fundamental. Por isso, coloquei um trechinho ali do Prof. Hanushek, que tem mostrado que a proficiência dos alunos e suas habilidades cognitivas são algo fundamental para se pensar uma nação de fato desenvolvida.



Quer dizer, não adianta também só colocar o aluno na escola, onde ele permanece, em média, 14 anos, como no Brasil, e conclua 8 ou 9 anos de estudo e, ainda assim, com uma proficiência que está muito aquém não só de países da OCDE, mas, inclusive, de vizinhos nossos latino-americanos, como o Chile, por exemplo.

Então, conjugar, agora, neste momento em que nós estamos no fim daquela janela de oportunidades, o atendimento na escola infantil, no ensino médio, com proficiência, enfim, com a melhora da qualidade da educação básica brasileira, é algo fundamental.

Mais uma vez, informo que o INEP também tem uma fonte riquíssima de dados, que é o Sistema de Avaliação do Ensino Básico - SAEB. Obviamente, no que estiver ao nosso alcance, na universidade, V.Exa. pode contar conosco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Thiago Peixoto) - Obrigado.

Antes de passar a palavra aos nossos consultores, eu gostaria de voltar a palavra à Profa. Maria Inês, para que faça sua complementação.

A SRA. MARIA INÊS FINI - Eu só queria complementar o que ele já disse a respeito da riqueza do Censo.

Deputada Professora Dorinha, como V.Exa. sabe, eu voltei há 1 ano ao INEP, onde nós estamos dando muita ênfase à nossa Diretoria de Estudos. Além da produção de dados e informação e além da efetivação das avaliações todas de educação básica e superior, nós estamos apoiando muito essa Diretoria de Estudos, que ficou encarregada de fazer o monitoramento do desenvolvimento do Plano Nacional de Educação.

Então, nós tivemos uma linha de base em 2014. Já fizemos o primeiro relatório em 2016, que se encontra disponível no *site* do INEP. Estamos revendo a nossa metodologia de cálculo, porque é necessária uma revisão, e os dados também estão disponíveis. Nós estamos acompanhando essas equipes de trabalho.

Além disso, Deputada, os dados do INEP, como já foi dito, são riquíssimos, mas lamentavelmente muito pouco explorados. Nós temos uma riqueza ali que ainda não impactou os programas de pós-graduação em educação e, lamentavelmente, é pouca explorada.



Há um índice construído pelos Profs. Francisco Soares e Dalton de Andrade que trabalha com os dados colhidos pelo SAEB, das condições de oferta de ensino das escolas. Foi criado um índice de adequação ou não para todas as escolas brasileiras em relação à infraestrutura. Outro índice que os dois criaram também foi o índice socioeconômico.

Quer dizer, V.Exa. pode ter um vislumbre dessas diferenças que citou apenas com a aplicação desses dois índices que já usam os resultados do SAEB. Se V.Exa. vislumbrar a possibilidade de um estudo ou de um cruzamento especial dessas informações, o INEP terá o prazer de lhe ajudar a construir isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Thiago Peixoto) - Muito obrigado.

Agora, passo a palavra ao Consultor Paulo De Sena, por 3 minutos.

O SR. PAULO DE SENA - Obrigado, Sr. Presidente. Em primeiro lugar, gostaria de parabenizar os expositores pelas exposições.

Quando se traz uma discussão de estatísticas, de dados demográficos, isso é interessante porque coloca certo olhar de médio e longo prazo, porque, na educação, às vezes — ou talvez mais quando se discute em outros campos sobre educação —, fica uma discussão um pouco imediatista: *“Há uma crise, e não há recursos”*.

O que foi trazido aqui é muito interessante. Eu começo pelo que disse o Prof. Rigotti sobre a letra do D, de Desenvolvimento do FUNDEB. Eu acho que o D, de Desenvolvimento, extrapola o microcosmo da educação do País.

Se vamos ter um ponto de inflexão na próxima década — quando teremos um número menor de trabalhadores que vão sustentar uma população mais idosa —, exatamente agora não seria o momento de o Brasil, como fez a Coreia, investir mais pesadamente em educação?

Este é o papel do Plano Nacional de Educação neste momento, com um dos seus principais instrumentos de financiamento, o FUNDEB: preparar a população para a próxima década, quando teremos uma dificuldade maior de produtividade. Quer dizer, precisamos formar agora, dentro dessa janela, a população economicamente ativa da próxima década. Precisamos ver se não seria essa a questão.



A Profa. Maria Inês, quando falou de analfabetismo — o Prof. Rigotti também mencionou isso —, tocou na questão das desigualdades. Eu queria, talvez, ouvir algum comentário adicional de todos sobre essa questão das desigualdades regionais, em virtude dos dados apresentados.

A Profa. Maria Inês Fini traz a questão da creche, sobre a qual a Deputada Professora Dorinha já se referiu, do ponto de vista dos desafios do FUNDEB. O que se tem de disponível hoje não suporta os gastos dessa etapa, o que envolve uma questão de discussão, tanto do ponto de vista da ponderação internamente ao FUNDEB, como também do aumento dos recursos. Alguns expositores, em audiências passadas, colocaram a questão de que não existe um estímulo aos gestores municipais de promover novas matrículas, porque chegou ao ponto de estrangulamento da sua capacidade financeira.

Eram essas as minhas considerações.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Thiago Peixoto) - Obrigado, Paulo.

Com a palavra o Cláudio.

O SR. CLÁUDIO - Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado aos nossos expositores. Eu queria aprofundar um pouco mais a questão abordada pelo Paulo De Sena ao Prof. Irineu, só que sendo um pouco mais drástico.

Os dados mostram que o Brasil não tem aproveitado esse bônus demográfico. O crescimento econômico não se reverteu em prol da qualidade na educação, e esse bônus está próximo de se encerrar. Quais serão as consequências da perda desse bônus? Isso condenará o País ao subdesenvolvimento? Ou, posteriormente à perda desse bônus, haverá alternativas de retomada do crescimento?

O momento é agora. Mesmo diante das dificuldades econômicas, mesmo no cenário de ajuste fiscal, torna-se imperativo o investimento mais maciço em educação, para que não condenem o nosso País ao subdesenvolvimento permanente.

Era essa a questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Thiago Peixoto) - Obrigado, Cláudio.

Com a palavra, agora, a Consultora Ana Valeska.



A SRA. ANA VALESKA AMARAL - Bom dia, expositores. Bom dia, Sr. Presidente, e obrigada pela palavra.

Eu queria levantar uma questão também relativa às creches. Na verdade, a minha questão se conecta, de uma forma mais indireta, com o tema do FUNDEB.

Eu queria ver com a Profa. Maria Inês Fini o seguinte: como já mencionado pelo Paulo Sena e pela Relatora, Deputada Professora Dorinha, o que tem surgido muito forte nas audiências que vêm sendo realizadas é a impossibilidade, a dificuldade de expansão do atendimento em creche em função do financiamento insuficiente. Os Municípios têm trazido isso de forma muito forte para dentro do Congresso, e os expositores que trouxeram suas ideias aqui também apresentaram essa questão.

Então, há dois pontos. Para a estruturação do FUNDEB, há a questão do financiamento, dos recursos disponíveis, mas, no caso das creches, como não é uma etapa obrigatória, depende muito da demanda, os Municípios têm de estimar o quanto eles precisam atender em função da demanda. Isso está lá definido. A Estratégia 1.3 do Plano Nacional de Educação determina que seja realizado periodicamente, em regime de colaboração, um levantamento da demanda para creches, para a população de até 3 anos, justamente em função dessa questão. Então, isso tem o sentido de orientar o planejamento dos Municípios.

Eu queria saber da Profa. Maria Inês Fini se o INEP vem exercendo algum papel no cumprimento dessa estratégia ou se ela vê possibilidade de outros órgãos do poder público federal ou de planejamento das universidades contribuírem, desempenharem algum papel para a implementação dessa estratégia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Thiago Peixoto) - Vamos fazer agora uma rodada final de respostas e considerações dos nossos convidados.

Concedo a palavra à Profa. Maria Inês.

A SRA. MARIA INÊS FINI - Ao término da nossa reunião, quero agradecer mais uma vez e dizer que eu acho que, em relação à creche, inclusive, há outros desafios que o Brasil não está ainda equacionando para resolver. Quem é que vai tomar conta da creche? Precisa ser um professor universitário? É o pedagogo? O que ele tem de fazer? Só cuidar? Ensinar? Quanto que nós temos de ensinar? Quanto nós temos de aprender para poder atender essa criança? Este eu acho que



é um ponto importantíssimo para a gente discutir no âmago de tudo isso: quem é que vai educar esse professor ou cuidador, seja ele como for?

Essa é uma política que extrapola um pouco. Ela tem cena, tem palco, quando discutimos a formação do professor. Já foi dito aqui — o ponto “D” do Desenvolvimento — que o ponto mais importante para nós agora é melhorar a qualidade do desempenho dos nossos estudantes. Nós estamos continuamente dizendo que eles não estão atingindo minimamente um patamar de regularidade no seu desenvolvimento.

Então, além do fluxo do sistema, além do atendimento, que foge um pouco das políticas tradicionais, eu acho que a gente tinha de ter uma missão intencional de não só colocar as crianças na escola, mas de descobrir qual é a formação adequada de quem vai tomar conta delas.

Portanto, eu considero este momento brasileiro, talvez, uma janela de oportunidade para a educação finalmente... Eu acho que temos hoje maturidade para fazer a vinculação entre a formação do professor com essa clareza de uma base nacional referencial daquilo que o aluno tem de aprender como direito. Seja qual for a formatação final da base, eu acho que nós teremos uma referência até para discutir o “D” do FUNDEB.

No entanto, seguramente, atender a todos os Municípios, a construção de novas creches é um desafio enorme. Será que não está na hora de nós discutirmos um outro modelo de atendimento, porque nós já passamos por uma iniciativa de construção, já se anunciou a construção que não se concretizou. Será que nós não podemos imaginar uma possibilidade de estruturar, por exemplo, a alternativa da mãe-crecheira? Não sei. Há preconceitos, há os que são a favor. Eu acho que os desafios são enormes.

O INEP só pode colher o dado e a informação, já o Ministério da Educação pode, de fato, pensar nas políticas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Thiago Peixoto) - Obrigado.

Concedo a palavra à Sra. Maria Lúcia Franca.

A SRA. MARIA LÚCIA FRANCA PONTES VIEIRA - Em relação às questões regionais, também não é diferente nas outras características, mas, no que se refere à educação, é bastante diferente. Temos características para as Regiões Norte e



Nordeste que mostram condições piores do que aquelas das Regiões Sul e Sudeste, embora, nos últimos anos, tenham sido as Regiões que mais avançaram em termos de frequência e combate ao analfabetismo, talvez, até porque era a que estava em situação pior e, então, era a que mais tinha o que melhorar. Qualquer política deve ser pensada considerando-se essas diferenças regionais. Isso é importante. Às vezes, um mesmo remédio não cabe a todos.

Em relação à questão da escolaridade, no caso da proposta de permanência do FUNDEB, o investimento em educação é fundamental. Por mais que estejamos alcançando os 99% no ensino fundamental, ainda há outras faixas etárias em que não atingimos esses números. Ainda que se atinjam, tem que se pensar na qualidade desse ensino.

A forma de apresentar a educação e o formato de escola são hoje uma das poucas coisas que não avançaram muito nos últimos anos. Tem que se pensar nessa questão da qualidade e em como os alunos saem preparados. Há a questão do analfabetismo funcional, que apresenta taxas muito mais elevadas do que as do analfabetismo. Tem que se pensar como é que esses jovens estão saindo da escola. Não basta frequentar a escola e se alfabetizar, tem que se considerar como é a formação desses jovens e como eles saem formados dessa escola.

O IBGE está à disposição, na medida do possível, para ajudar com as informações que forem necessárias.

Agradeço a participação nesta plenária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Thiago Peixoto) - Obrigado.

Concedo a palavra ao Sr. José Irineu.

O SR. JOSÉ IRINEU RANGEL RIGOTTI - As questões que foram colocadas pelo Paulo e pelo Cláudio são, de fato, essenciais, se pensarmos que um projeto de desenvolvimento não pode estar preso a um momento histórico específico.

Eu chamei a atenção para o termo que os professores de Stanford utilizaram, como o capital do conhecimento, um pouco para provocar essa discussão, porque, de fato, esse é um projeto de Nação.

Apesar de tudo, o Brasil tem grandes exemplos de esforços coletivos, com muita criatividade, que foram essenciais para o País. Por exemplo, para quem viveu com aquela inflação nos anos 80, era quase um milagre imaginar que aquela



inflação seria domada. No próprio INEP, em 1998 e 1999, a gente precisava exportar e 100 milhões de toneladas de grãos era um marco que parecia... Hoje, já passamos demais desses tipos de marcos.

O próprio FUNDEB é também um grande marco. É por isso que, a meu ver, a gente precisa mantê-lo. No entanto, relacionando esse fato com a questão trazida pelo Cláudio, as consequências da perda do bônus são muito sérias, sim, porque o Brasil pode, de fato, condenar-se.

Eu não trouxe algumas outras questões porque não são temas diretos desta Mesa, mas o debate da Previdência, por exemplo, não pode ser descolado do próprio debate da escolaridade e da educação, porque uma questão que deve ser colocada é que esses países que estão em processo de envelhecimento, inclusive, muito mais adiantados do que o Brasil, como países da Europa, por exemplo, conseguiram um aumento substancial da produtividade, da qualificação da sua mão de obra, porque essa geração é a geração que vai sustentar a geração futura e ela está diminuindo. Então, não é só uma questão da escolaridade, da dignidade, da justiça social, mas é também uma questão de como um País pode se colocar de fato entre os países mais desenvolvidos.

Então, um salto na qualidade da educação — e ela é cara — é realmente necessário, mas se pensarmos que o Brasil já passou por tantas experiências difíceis como essa da inflação ou como essa da exportação, eu acho que o que precisa se buscar é um consenso, é entender que a educação realmente é uma coisa que não pode ser adiada, porque a demografia brasileira é das mais rápidas do mundo em termos de envelhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Thiago Peixoto) - Obrigado, José Irineu.

Ao encerrar esta audiência pública, quero agradecer a participação e a contribuição da Profa. Maria Inês Fini, da Maria Lúcia Franca, do José Irineu e dos nossos consultores.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. Antes, porém, convoco reunião ordinária para o dia 8 de junho, às 9h30min, conforme pauta a ser divulgada.

Agradeço a todos pela presença e declaro encerrada a reunião.